

CARD. JOHANNES BAPTIST FRANZELIN, SJ

DE DIVINA TRADITIONE  
TRATADO SOBRE A DIVINA TRADIÇÃO

BRASÍLIA  
2025

1ª Edição

Tradução de Aless Sandro Lima



Copyright © 2025 | Edições Veritatis Splendor  
*DE DIVINA TRADITIONE (Tratado Sobre a Divina Tradição) 1ª Edição*  
Card. Johannes Baptist Franzelin, SJ.

Reservados todos os direitos desta obra. Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer outro meio.

**Capa e projeto gráfico/Projeto Editorial/Diagramação**  
Alessandro Lima

Card. Johannes Baptist Franzelin, SJ.  
DE DIVINA TRADITIONE (*Tratado Sobre a Divina Tradição*)/Tradução:  
Alessandro Lima - Brasília, DF: Edições Veritatis Splendor, 2025. 1ª Edição.  
388p. 23 cm.

ISBN: 978-65-85249-16-4

CDD 230



Os direitos desta edição pertencem a Edições Veritatis Splendor.  
Rua 13 Norte, Lotes 1/3. Torre A N. 1404.  
Águas Claras - DF  
CEP 71.909-720 - Telefone (61) 98161-1648  
Email - contato@livrariaveritatis.com.br  
Nosso site: <https://edicoesveritatisplendor.com.br>  
Vsite nossa loja: <https://livrariaveritatis.com.br>



# DE DIVINA TRADITIONE

**Card. Johannes Baptist Franzelin, SJ**  
Professor do Colégio de Roma  
Perito no Concílio Ecumênico Vaticano I



# Sumário

|                                     |    |
|-------------------------------------|----|
| Nota do Editor .....                | 11 |
| Prefácio da Edição Inglesa.....     | 13 |
| Prefácio da Edição Brasileira ..... | 15 |
| Prolegomena.....                    | 19 |

## Seção I

*Sobre a Divina Tradição Considerada em Si Mesma*

### CAPÍTULO I

*A Noção de Tradição Divina Demonstrada Pelo Estabelecimento da Religião Cristã e Como é Mostrada nos Escritos Apostólicos*

#### TESE I

*A Noção Complexa de Tradição é Explicada.....* 29

#### TESE II

*Sobre o sentido mais estrito de Tradição, que se distingue da doutrina transmitida pelas Sagradas Escrituras.....* 37

#### TESE III

*Sobre a ordem entre a Tradição considerada ativamente e a Tradição objetiva no método de seu tratamento.....* 41

#### TESE IV

*O modo e o órgão de propagação da doutrina segundo a própria economia cristã divinamente instituída.....* 45

#### TESE V

*Mostra-se que o Magistério vivo é o órgão perpétuo da Tradição cristã, a partir das palavras evangélicas e apostólicas eloquentes.....* 55

#### TESE VI

*Sobre a conexão íntima do princípio da Tradição com as propriedades necessárias da religião cristã.....* 71

#### TESE VII

*Sobre a permanência imutável da mesma economia após a redação dos livros do Novo Testamento.....* 85

### CAPÍTULO II

*Sobre a Razão Formal da Tradição Divina Tal Como é Manifesta na Constituição da Igreja Mesmo Desde a Era Apostólica*

#### Tese VIII

*A Razão Formal da Tradição é Provada a partir da Constituição e dos Princípios da*

|   |     |
|---|-----|
| <i>Igreja</i> .....   | 93  |
| TESE IX   |     |
| <i>Sobre a constituição do órgão visível da Tradição mais adequado ao ofício que lhe foi confiado</i> .....   | 115 |
| TESE X  |     |
| <i>Sobre a distinção entre autoridade histórica e dogmática no testemunho da Tradição.</i>  | 125 |
| TESE XI   |     |
| <i>Um conceito mais próprio de Tradição é reunido por meio de uma síntese do que foi exposto anteriormente e é confirmado pelas opiniões dos Padres</i> ..... | 133 |
| TESE XII  |     |
| <i>Sobre o modo pelo qual o consenso dos fiéis a respeito de uma doutrina de fé pode ser um critério da Tradição divina</i> .....                             | 141 |

## Seção II

### *Sobre os Documentos e Instrumentos Para a Conservação da Tradição*

#### CAPÍTULO I

##### *Sobre a Consideração da Aplicação Universal dos Monumentos da Tradição*

###### TESE XIII

*Sobre os monumentos da Tradição, na medida em que manifestam um consenso na salvaguarda do depósito, e na medida em que também são instrumentos de doutrina.*

###### TESE XIV

*Sobre a demonstração de um consenso direta ou indiretamente a partir dos documentos da antiguidade*.....

#### CAPÍTULO II

##### *Sobre a Autoridade Privada dos Padres e Doutores*

###### TESE XV

*Sobre a autoridade dos santos Padres, quando considerada individualmente*.....

###### TESE XVI

*Sobre a opinião acerca do reinado milenar de Cristo atribuída aos Padres anteriores ao século IV em comparação com o consenso contrário dos Padres posteriores* .....

###### TESE XVII

*Sobre o modo pelo qual o consenso das escolas pode provar a Tradição Divina*.....

## Seção III

### *Sobre a Relação Entre a Tradição Divina e a Escritura*

#### TESE XVIII

*A pregação eclesiástica é a norma suprema da interpretação das Sagradas Escrituras*

#### TESE XIX

*A Suficiência das Escrituras pregada pelos Padres não exclui, mas supõe, a Tradição e o*

|  |     |
|--|-----|
| <i>ministério de salvaguarda do Depósito</i> .....   | 289 |
| TESE XX  |     |
| <i>Sobre a Existência de Tradições divinas que não estão contidas nas Escrituras</i> ..... | 305 |
| TESE XXI   |     |
| <i>As múltiplas razões pelas quais a Tradição precede a Escritura</i> .....                | 321 |

## Seção IV

### *Sobre a Explicação da Doutrina Católica*

|   |     |
|---|-----|
| TESE XXII   |     |
| <i>A Revelação Católica foi completada por Jesus Cristo e pelo Espírito Santo nos Apóstolos</i><br>.....  | 329 |
| TESE XXIII  |     |
| <i>Sobre o modo pelo qual uma doutrina de fé pode ser proposta mais obscuramente em<br/>algum tempo, vindo a ser posteriormente explicitada e declarada</i> ..... | 345 |
| TESE XXIV   |     |
| <i>Sobre o verdadeiro sentido do cânon vicentino</i> .....  | 357 |
| TESE XXV  |     |
| <i>Sobre o ofício imposto aos guardiões e doutores da fé, e sobre o modo de explicação do<br/>depósito</i> .....  | 363 |
| TESE XXVI   |     |
| <i>Sobre a distinção da explicação do depósito da fé antes e depois de completada a revelação</i><br>.....  | 379 |



*Sanctis, Martyribus, Papis Theologisque qui laboraverunt ut  
traderent sanctam traditionem quâ revera Litterae Divinae vivificatae in  
animâ Ecclesiae devotus est.*

Dedicado a todos os Santos, Mártires, Papas e Teólogos que, ao longo dos séculos, se empenharam em transmitir a Santa Tradição, pela qual as Escrituras se tornam verdadeiramente vivas na vida da Igreja.



## Nota do Editor

*De Divina Traditione* (Sobre a Tradição Divina) é uma das mais influentes obras do Cardeal Johannes Baptist Franzelin, S.J (1816-1886), teólogo jesuíta austríaco e perito no Concílio Vaticano I. Publicado originalmente em 1870, o tratado examina de modo sistemático e profundo o papel da Tradição na transmissão da Revelação cristã. A obra teve várias edições posteriores à original de 1870. Uma segunda edição em Roma de 1875 – revista e aumentada pelo próprio Franzelin e reimpressões em 1882, 1888, 1896, 1905, 1926 (esta última editada por F. Cavallera, com aparato crítico e notas adicionais).

O tratado *De Divina Traditione* foi publicado juntamente com o tratado dogmático *De Divinis Scripturis* (Sobre as Divinas Escrituras).

Nossa presente edição é uma tradução a partir da edição inglesa da edição latina de 1875 de *De Divina Traditione* realizada por Ryan Grant, publicada com o título *On Divine Tradition* em 2016 pela editora Sensus Traditionis Press.

Cardeal Franzelin demonstra que, ao lado da Sagrada Escritura, a Tradição apostólica é fonte essencial da fé católica, pois transmite integralmente a Revelação de Cristo de modo vivo e contínuo na Igreja. O autor analisa os fundamentos bíblicos e patrísticos da Tradição, explica sua necessidade, sua relação com o Magistério e responde às objeções protestantes da “sola scriptura”. Ele aborda ainda a distinção entre Tradição divina e tradições eclesásticas, bem como os critérios para o reconhecimento da autêntica Tradição apostólica.

A obra foi largamente utilizada como manual teológico e influenciou fortemente a doutrina oficial da Igreja sobre a Revelação, especialmente durante o Vaticano I e depois na constituição *Dei Verbum* do Vaticano II.

As notas do autor apareceram da forma costumeira. As notas do tradutor inglês serão precedidas por NdTI e da nossa por NdT.



## Prefácio da Edição Inglesa

Todo erudito sério que deseja conhecer a Tradição é, por esse mesmo fato, levado a estudá-la profundamente. Não é possível nem razoável esperar adquirir um conhecimento científico da Tradição prestando atenção apenas aos estudiosos dos últimos 50 anos. Mesmo um estudo sério desses estudiosos revelará um nome que surgirá repetidamente, não tanto no corpo principal dos textos, mas frequentemente nas notas de rodapé. Por exemplo, ao ler os trabalhos de Congar sobre a Tradição, o nome de Franzelin aparece constantemente nas notas. Isso ocorre porque a obra de Franzelin, aqui traduzida para o inglês pela primeira vez, tornou-se o padrão para qualquer discussão acadêmica sobre o tema.

Embora muitos santos tenham tratado da Tradição e suas obras sejam fundamentais para sua compreensão — como São Vicente de Lérins e São Roberto Belarmino —, suas abordagens foram voltadas mais para questões específicas de seu tempo, estabelecendo princípios para enfrentá-las. Nenhum deles escreveu um tratado sistemático sobre a Tradição que penetrasse todos os seus aspectos na profundidade com que Franzelin o fez. Até mesmo os inimigos da Tradição, e aqueles que adotaram posições contrárias à obra *De Divina Traditione*, reconheceram que ela estabeleceu o padrão para o debate. Assim como as Sentenças de Pedro Lombardo definiram os temas que qualquer verdadeiro teólogo deveria abordar em um tratado teológico abrangente, Franzelin tornou-se o referencial para se tratar adequadamente a teologia da Tradição.

Dá a grande importância desta obra. O fato de autores pós-Vaticano II repetidamente se referirem a Franzelin mostra que seu trabalho precisa ser estudado a fundo para que alguém possa alegar ter feito a pesquisa adequada e ter autoridade para falar sobre o tema da Tradição. Lamentavelmente, nos últimos 50 ou 60 anos, os estudos sobre a Tradição têm se reduzido à análise de práticas e fatos do passado sem um entendimento sério dos princípios que regem a Tradição. Menos ainda se veem discussões modernas que apresentem um conhecimento coerente

e sistemático da taxonomia dos diversos aspectos da Tradição, como funcionam, quais são suas fontes, seus diferentes graus de importância e o papel que desempenham na compreensão da fé de nossos antepassados.

A falta de entendimento dos princípios básicos, fontes e causas da Tradição tem levado muitas discussões recentes a becos sem saída. Em contrapartida, aquelas que compreenderam bem esses princípios mostraram que os opositores da Tradição não têm resposta acadêmica adequada à própria Tradição. Muitos que têm o desejo legítimo de defender e preservar a Tradição não estão preparados para isso por falta de profundidade necessária. Por essa razão, esta obra é de suma importância. Se os defensores da Tradição se armarem devidamente com o conteúdo aqui presente, estarão aptos a vencer a guerra contra o modernismo, cuja meta principal é erradicar a Tradição.

A tradução apresentada por Ryan Grant captura vários elementos do texto de Franzelin. Além de ser altamente precisa, conserva o estilo literário do autor, ao mesmo tempo, em que o torna legível; Franzelin era alemão e sua prosa latina muitas vezes reflete uma mente literária germânica. A tradução transmite a profundidade do pensamento do autor. Este é o motivo pelo qual o texto pode se mostrar difícil para alguns, pois é um tratado acadêmico, escrito em prosa complexa, porém clara em latim, fielmente refletida na tradução.

Assim como as traduções das obras de Aristóteles no período medieval, espera-se que esta tradução inicie o processo de fortalecimento do retorno, da adoção saudável e do amor pela tradição da Igreja Católica Romana, que não é outra senão a tradição que Deus inaugurou, preservou e defenderá.

Pe. Chad Rippeger, PhD

## Prefácio da Edição Brasileira

*“Permanecei, pois, constantes, irmãos, e conservai as tradições, que aprendestes, ou por nossas palavras ou por nossa carta” (2Ts 2,15).*

A Encarnação do Verbo divino, realizada por decreto eterno do Pai e por obra do Espírito Santo, inaugurou uma nova fase na história humana. Até então, Deus se revelava aos homens por meio de intermediários humanos, homens pios ou agraciados com o múnus profético, cuja missão era anunciar a mensagem divina ao povo eleito. Todavia, a partir do advento de Jesus Cristo, Nosso Senhor, essa realidade mudou, e por Ele e n’Ele, Deus falou diretamente aos homens: *“Muitas vezes e de muitos modos, Deus falou outrora aos nossos pais. Nestes dias, que são os últimos, falou-nos por meio do Filho”* (Hb 1,1-2). Justamente por isso, em sua Epístola aos Gálatas, São Paulo, o Apóstolo das nações, precisa que a vida de Jesus e a realização do Seu ministério salvífico representam um momento único e central de história da humanidade, isto é, a *“plenitude dos tempos”* (Gl 4,4).

Com efeito, ao término de Seu ministério terreno, Jesus deu uma ordem precisa aos Apóstolos: *“Ide, pois, ensinai todas as gentes, batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, ensinando-as a observar todas as coisas que vos mandei”* (Mt 28,19-20). Nesse sublime mandato, em razão do qual o Evangelho foi pregado a todos os povos, Nosso Senhor declarou que a missão do Colégio Apostólico era, certamente, de cunho sacramental, mas também de ensino.

Por três anos de ministério público, Cristo ensinou diretamente aos Apóstolos as verdades necessárias para a salvação, e mesmo após a Ascensão assistiu-os com uma graça especial para levar a cabo essa missão de ensino. Nesse sentido, a teologia paulina reconheceu um núcleo na mensagem de Jesus, o qual deveria ser transmitido com fidelidade: *“Ó Timóteo, guarda o depósito (da fé), evitando as disputas vãs e ímpias e as contradições de uma ciência de falso nome, professando a qual alguns se desviaram da fé”* (1Tm

6,20). Justamente, esse depósito da fé, confiado por Jesus e enriquecido pelos Apóstolos, contém aquilo que a teologia denomina “Revelação”.

De modo efetivo, por mandato de Jesus, essa Revelação deveria ser transmitida pelos Apóstolos e pelos seus sucessores a todos os povos por meio da Igreja, a qual deverá conservar fielmente esse sagrado depósito até o fim dos tempos. Precisamente, é nesse ato de transmissão e conservação da fé revelada que se pode discernir a Sagrada Tradição por meio da qual, juntamente com a Sagrada Escritura e o ensino infalível do Magistério, as verdades da fé chegaram até o presente e perdurarão até o fim dos séculos.

A palavra tradição deriva do vocábulo latino “*traditio*”, que pode ser traduzido por transmissão, entrega ou mesmo narração. De fato, é nessa mesma acepção que se pode entender, na teologia católica, o conceito de Tradição, que designa o conjunto das verdades da fé recebido “pelos Apóstolos da boca do próprio Cristo ou transmitidas como que de mão em mão pelos Apóstolos, sob o ditado do Espírito Santo” (Concílio de Trento, IV Sessão)<sup>1</sup>. Nessa perspectiva, a Constituição Dogmática *Dei Verbum*, do Concílio Vaticano II, manifesta que:

a pregação apostólica, que se exprime de modo especial nos livros inspirados, devia conservar-se, por uma sucessão contínua, até à consumação dos tempos. Por isso, os Apóstolos, transmitindo o que eles mesmos receberam, advertem os fiéis a que observem as tradições que tinham aprendido quer por palavras quer por escrito (cfr. 2 Tess. 2,15), e a que lutem pela fé recebida duma vez para sempre (cfr. Jud. 3). Ora, o que foi transmitido pelos Apóstolos, abrange tudo quanto contribui para a vida santa do Povo de Deus e para o aumento da sua fé; e assim a Igreja, na sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo aquilo que ela é, tudo o que crê<sup>2</sup>.

Esse fato foi sinteticamente recolhido pelo Catecismo da Igreja Católica, onde se especifica que:

Quanto à Sagrada Tradição, ela “transmite integralmente aos sucessores dos apóstolos a Palavra de Deus confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos apóstolos para que, sob a luz do

---

1 Decreto sobre os livros sagrados e as tradições a serem acolhidas, DH 1501.

2 Constituição Dogmática *Dei Verbum*, n. 8.

Espírito da verdade, eles, por sua pregação, fielmente a conservem, exponham e difundam”<sup>3</sup>.

Todavia, a compreensão do conceito de “Tradição” por parte da Igreja passou por um longo processo de desenvolvimento teológico até chegar às fórmulas concisas dos documentos magisteriais. Para tanto, desde os primórdios do Cristianismo até as épocas mais recentes, diversos teólogos buscaram dar a sua contribuição para a compreensão desse conceito, dentre os quais merece destaque o cardeal austríaco Johannes Baptist Franzelin (1816-1886), da Companhia de Jesus, que de modo magistral alicerçou os fundamentos do debate teológico sobre esse tema, bem como foi o responsável por uma abordagem sistemática e rigorosamente precisa que até então não havia.

Portanto, levando-se, porém, em consideração as circunstâncias de tempo e o progresso teológico feito pelo Magistério da Igreja, é digna de imensa estima a presente tradução da obra “*De Divina Traditione*”, de autoria de Franzelin, mormente nos tempos atuais. Decerto, hodiernamente, muito se tem falado sobre a Tradição sem, contudo, haver uma reta compreensão sobre o seu real significado. Por essa razão, a clareza doutrinal, a precisão terminológica, o método teológico de cunho eminentemente tomista utilizado pelo autor da obra poderão, indubitavelmente, possibilitar uma compreensão mais completa e profunda sobre este ponto basilar da fé católica.

+ Dom Fernando Arêas Rifan,  
Bispo da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney

---

3 Catecismo da Igreja Católica, n. 81.



# Prolegomena<sup>1</sup>

## Sobre a Consideração Universal dos Princípios Objetivos do Conhecimento Cristão e da Teologia

As verdades reveladas por Deus sobre Si mesmo e sobre Suas obras, que devem ser cridas, são o que se chama de objeto material da fé divina. O objeto formal da fé, ou a razão pela qual e sob a qual se crê, bem como o assentimento prestado à verdade revelada, é a autoridade de Deus que fala (conhecimento infinito, veracidade, dignidade): e o objeto adequado da fé divina é precisamente a palavra de Deus. O assentimento à verdade revelada por causa da autoridade do revelador divino é também chamado de fé subjetiva, ou fé pela qual se crê. A própria palavra revelada de Deus, que se estende amplamente, é comumente chamada, no uso eclesiástico, de fé objetiva (*fides quae*), ou fé que é crida.

A teologia, propriamente dita, como distinta da filosofia, é a ciência<sup>2</sup> da fé ou a ciência das verdades reveladas por Deus sob seu aspecto formal, na medida em que são reveladas. Trata-se, precisamente, de um conhecimento por demonstração comparativa: quais verdades estão contidas, e como estão contidas na palavra de Deus; qual pode ser a noção

---

1 NdT: *Prolegomena* é um termo de origem grega (*προλεγόμενα*, *prolegómena*), que significa literalmente “coisas que são ditas antes”. Em português, traduz-se por “prolegômenos”. No contexto acadêmico, teológico e literário, *Prolegomena* refere-se à introdução, prefácio ou conjunto de considerações iniciais que precedem a exposição principal de uma obra. É uma seção na qual o autor apresenta os pressupostos, métodos, objetivos, delimitação do tema, justificativas e até breve panorama do conteúdo que será tratado.

2 NdTI: A palavra em latim é *scientia*, que significa simplesmente conhecimento. Aqui e em toda a obra, é traduzida como “ciência”, entendida em seu sentido mais antigo, como dedução lógica do conhecimento a partir de princípios básicos, em oposição às muitas nuances do termo nos tempos modernos, que é entendido como lidando apenas com o que é observado com os sentidos em física, biologia etc.

genuína determinada explícita ou implicitamente através da revelação de cada coisa; o que deve seguir e depender do hábito mútuo e da conexão entre essas coisas; qual pode ser a concordância com verdades convenientes e racionais ou por analogia; e, a partir daí, outras verdades derivadas das próprias verdades reveladas.

Portanto, assim como é a palavra de Deus que constitui a fé objetiva e da qual depende a fé subjetiva, assim também a ciência da fé, ou seja, a teologia, possui uma sede e um lugar próprios de autoridade, a partir dos quais considera as provas, ou seja, a própria palavra revelada de Deus. Outros princípios, porém, como abstrações intelectuais e verdades compreendidas apenas pela luz natural da razão e autoridade meramente humana, servem à Teologia na medida em que ajudam a persuadir e ilustrar as verdades reveladas, que devem ser compreendidas mais distintamente por noções análogas. Por sua vez, deduzem e confirmam outras verdades que estão ligadas à revelação.

Santo Tomás afirma: “Provar pela autoridade é especialmente próprio desta doutrina, cujos princípios são mantidos por revelação. E assim é certo, porque deve ser crido pela autoridade daquele por quem a revelação é realizada... O fundamento baseado na autoridade divina é o mais eficaz. No entanto, a doutrina sagrada também faz uso da razão humana, não para provar a fé... mas para manifestar outras coisas, que são transmitidas por esta doutrina; de fato, uma vez que a graça não deve destruir, mas aperfeiçoar a natureza, é conveniente que a causa natural sirva à fé.” (*Summa Theologiae*, I, q. 1, a. 8)<sup>3</sup>

A questão é evidente a partir das próprias noções de fé e teologia, e não pode haver controvérsia entre os cristãos quanto a isso, enquanto a palavra de Deus for universalmente reconhecida como o objeto da fé neste sentido, sendo o lugar próprio a partir do qual as verdades teológicas são demonstradas. No entanto, surge a disputa com aqueles que negam toda revelação ou, ao menos, a revelação cristã — o que, de fato, seria o primeiro ponto, mas não devemos abordá-lo neste momento. Sendo assim, pressupondo como verdadeira a realidade de que Deus se revelou

---

3 *Summa Theologiae*, Prima Pars, 1 q. 1 a 8. Cf. Melchior Cano *de locis theologiis*, lib I. cc. 2,3.

em Cristo e por meio de Cristo, nas doutrinas, preceitos e instituições que dizem respeito à nossa salvação — e, portanto, que Ele transmitiu uma religião divina que deve ser crida e observada pelos homens —, impõe-se a primeira pergunta: onde no mundo pode-se encontrar a revelação cristã de modo tão íntegro e puro, que seja necessário aos indivíduos extrair dela as verdades que devem ser cridas, os preceitos que devem ser observados, os meios de salvação que devem ser aplicados, e a religião que deve ser cultivada.

Naturalmente, Deus nunca se revela imediatamente a todos, nem mesmo a cada indivíduo que está destinado a receber a religião divina; mas, revelando-se a alguns, estabeleceu-os como seus legados, a fim de que, por meio das características de uma missão divina — principalmente pelos milagres e profecias cumpridas —, esses homens, sendo distinguidos como seus legados, pudessem promulgar a revelação divina aos outros, para que a compreendessem e a recebessem. Após a revelação ter sido completada pelo próprio Deus e manifestada na carne por meio dos Apóstolos, não poderiam existir legados maiores dessa natureza, pelos quais uma nova revelação pudesse ser transmitida aos homens como necessária à salvação e deva ser crida e acolhida por todos. Isso se dá porque a revelação cristã já havia sido plenamente realizada há tantos séculos, e essa revelação não foi destinada apenas aos homens daquela época, mas a todos os homens de todos os tempos até o fim do mundo. Assim, segue-se que: a) a revelação cristã, tanto agora como em todo tempo, permanece completa para o gênero humano, e a ideia de que ela possa desaparecer se opõe ao seu próprio fim, bem como à sua designação e à sua verdade intrínseca. Pois a permanência da religião cristã pertence à própria natureza e à perfeição inerente a ela, até a consumação dos séculos. Portanto, b) é manifesto que a mesma revelação divina foi recebida completa pelos Padres e, a partir deles, foi propagada até nós pelos Apóstolos por meio de uma série de gerações. Por essa razão, c) é certamente absurdo esperar por novos reveladores, como ocorre em muitas seitas protestantes de nosso tempo; ao contrário, é necessário tomar o máximo cuidado para que a revelação nos seja conservada íntegra e verdadeira, e conhecida com certeza — seja por instrumentos e monumentos, seja pelos órgãos vivos e guardiões —, assim como a primeira revelação de Cristo e dos Apóstolos foi transmitida a todo o gênero humano, e da mesma forma deve ser por nós recebida, seja

por esses monumentos, seja por esses guardiões.

Além disso, chamamos essas coisas, como de fato o são, de princípios do conhecimento cristão. Tudo é dito princípio na medida em que precede algo de algum modo, como afirma Santo Tomás. Por isso, o princípio do conhecimento pode ser articulado de diversas maneiras; aqui falamos dos princípios objetivos do conhecimento. Estes são, além disso, algumas verdades supremas, que reconhecemos como norma para compreender outras verdades (princípios formais); ou que contêm implicitamente em si mesmas outras verdades, que derivamos a partir delas (princípios materiais). Ora, no conhecimento cristão — que é o conhecimento de verdades fundadas sobre a autoridade de Deus que revela —, o princípio supremo diretivo, reconhecido como norma, é sem dúvida a autoridade infalível de Deus. Esta mesma autoridade é aplicada *in concreto* ao nosso entendimento por meio de elementos infalíveis, tanto no que diz respeito à sua existência, quanto aos modos pelos quais a revelação deve ser-nos transmitida. Portanto, na autoridade provada desses modos (sejam eles monumentos, sejam os guardiões infalíveis da revelação), está contido um princípio diretivo que orienta toda a nossa compreensão das verdades reveladas, assim como os primeiros princípios metafísicos são a norma de todo conhecimento racional. Ademais, o princípio abstrato — quer seja pelo fato de que a autoridade de Deus revelador é infalível em si mesma e por essência, quer seja porque a autoridade do próprio Deus nos é aplicada por modos infalíveis — não é tão composto, que se possa daí deduzir todas as verdades reveladas por mera análise. Do mesmo modo, as realidades consideradas de maneira concreta por esse princípio — certamente os monumentos e os guardiões infalíveis da fé, pelos quais nos chega a revelação completa — são da natureza de tais elementos, que a partir deles toda verdade revelada deve ser compreendida. Por essa razão, nesses próprios meios de conservação e aplicação da revelação a nós, em primeiro lugar está contido o princípio formal diretivo; e, em segundo lugar, também se encontra, em sentido muito verdadeiro, o princípio material supremo (como se costuma chamar) de todo o conhecimento cristão e teológico. Pois, uma vez estabelecido de onde, por quem e como a verdade revelada pode ser compreendida, esse próprio ponto

será encontrado como autêntico e completo<sup>4</sup>. Se houvesse erro nessas questões, não apenas uma ou outra verdade individual estaria em crise, mas todo o conhecimento cristão seria abalado, já que o fundamento e o próprio princípio do conhecimento estariam falsificados ou, no mínimo, comprometidos.

O princípio do conhecimento, tal como foi constituído pelos Reformadores do século XVI e desde então mantido pelos protestantes, sustenta-se de modo tal que, na própria matéria, a natureza própria de todo o protestantismo deve ser compreendida e declarada como uma negação anticristã da autoridade constituída por Deus entre os homens e nos homens. A partir dessa negação, já estava preparado o caminho final de explicação das mesmas heresias, conduzindo ao puro racionalismo e à negação de toda revelação sobrenatural. Em contrapartida, os princípios da Igreja Católica aderem intimamente à própria instituição inicial, à conservação, à natureza e ao caráter da religião cristã, que é a obediência da fé ao apostolado em todas as nações. E, na medida em que a compreensão dos princípios investiga toda a revelação, esses princípios são tão pressupostos

---

4 Santo Agostinho assim argumentou em sua obra *De Utilitate Credendi* (Sobre a Utilidade de Crer): “Afirmei a mim mesmo já ter crido em Cristo, e ter sido conduzido em espírito àquilo que é verdadeiro porque Ele o disse, ainda que tal coisa não me parecesse sustentada por nenhuma razão (ao menos que eu percebesse interiormente)... Pouco tempo depois, considerei internamente que... como eu não via o próprio Cristo, por quais meios deveria crer n’Ele? Percebo que acreditei apenas por causa do povo e das nações grandemente confirmadas pela opinião e pela tradição bem conhecida; de fato, esse povo da Igreja Católica havia completamente acolhido os mistérios. Por que, então, não busco com eles, sobretudo e com maior diligência, o que Cristo possa ter ordenado, movido pela autoridade daquele que ordenou algo útil, no qual inclusive já creio?... O herege diz: crê no que está escrito. Mas toda Escritura, se nova e inédita, deve ser comprovada ou recomendada por muitas causas confirmadoras — não por si mesma — e é crida por aqueles que a propõem. Portanto, quanto a essas Escrituras, se são vocês os que as apresentam, sendo tão poucos e desconhecidos, prefiro não crer nelas. Novamente, sereis obrigados a me remeter à multidão e à reputação. Por fim, deixai de lado vossa obstinação e sede antes advertidos, pois é aos chefes dessa multidão que eu irei buscar, e buscarei com mais diligência e labor, a fim de aprender algo deles sobre essas Escrituras, sem o que, de fato, eu não saberia absolutamente como aprender.” (*De Utilitate Credendi*, n. 31. Ver também: Tertuliano, *De Praescriptione*, cap. 19; Ireneu, *Adversus Haereses*, lib. III, cap. 4.)

em relação à revelação universal, que esta se encontra implicitamente contida naqueles; e a partir daqueles princípios, estende-se o caminho mais claro para o conhecimento certo da revelação (o qual também está imune ao perigo do erro), acessível a todos os que são obrigados a crer — não apenas aos eruditos, mas também aos simples. Tudo isso se tornará claro no desenvolvimento de nosso tratado. Aquele princípio fundamental dos protestantes, comum a todas as seitas particulares, ao menos em seus livros de credos e confissões, é expresso da seguinte forma: “A Sagrada Escritura é reconhecida como o único juiz, norma e regra, à qual todos os dogmas devem ser examinados e julgados.”<sup>5</sup> Todas as confissões particulares estão de acordo com isso, como se pode ler nas coletâneas de Niemeyer<sup>6</sup>.

Em primeiro lugar, afirma-se que a revelação e a religião cristã, embora tenham sido inicialmente promulgadas por Cristo e pelos Apóstolos por meio da pregação, foram propagadas até nós e conservadas por nenhum outro meio senão pelas Escrituras, de tal modo que não poderíamos reconhecê-las com segurança de outra forma. No entanto, se isso fosse verdade, ainda assim a Escritura não poderia ser uma norma e regra única; haveria, de fato, outra norma e regra pela qual os dogmas deveriam ser examinados. Portanto, embora os protestantes (nomeadamente os anglicanos) tenham admitido em seus livros de credos os antigos símbolos de fé e as definições dos quatro primeiros Concílios, e tenham adotado esses documentos como próprios, ainda assim, como consequência de seu princípio fundamental, não ocorreu — nem poderia ocorrer, na prática — que reconhecessem nesses documentos uma autoridade e uma regra de fé. Ao contrário, apenas na medida em que (ou, como afirmam mais coerentemente alguns deles) tais monumentos se conformassem com as Escrituras, após serem examinados por indivíduos, poderiam ser aceitos.

Além disso, naquele princípio dos protestantes está contido algo mais, que é o mais profundo de todos os absurdos, e no qual reside a própria razão formal do princípio, resumida e expressa. A Escritura não é a única norma objetiva da fé, pois ninguém nega — entre aqueles que reconhecem

---

5 *Formulae concord. Epitome apud Meyer libri symb. Luth.* P. 350; *Solida Declarat.* Ibi 389).

6 *Collect. Confess. Reform.* P. 110, 330, 350, 362, 467, 602). Cf. Möhler *Symbol.* § 44.

que a Palavra de Deus está contida nela — que ela seja uma norma objetiva. E não apenas se entende que seja uma norma objetiva e única no sentido de que contém toda a revelação e o objeto material adequado da fé; mas também nesse outro sentido: de que nada é dado para compreender a Escritura senão uma norma autêntica que esteja fora da própria Escritura. Daí, não apenas se diz que ela é a norma e regra única da fé, mas também se afirma que ela é o único juiz. Ora, um instrumento, um documento escrito — como de fato é a Escritura — pode conter doutrina, lei e, se quiser, uma opinião de julgamento, podendo também ser uma norma no sentido de que é segundo ela que se deve julgar; mas certamente não pode ser um juiz. Sendo assim, nas profissões de fé protestantes, quando se afirma que somente a Escritura é o juiz, isso não pode ser entendido senão em um sentido negativo, isto é, que não existe juiz algum, nenhuma autoridade visível e viva, que tenha o direito de julgar os dogmas — isto é, de fazer uma declaração autêntica sobre o que concorda com a regra objetiva da fé (quer se entenda essa regra como sendo apenas a Escritura, ou algo mais além dela), ou sobre o que é estranho a ela<sup>7</sup>. Pois, assim como a Escritura pode ser chamada de “norma segundo a qual todo dogma deve ser avaliado e julgado”, e visto que a norma não pode ser a Escritura não compreendida, mas sim o seu sentido compreendido (isto é, não a Escritura que deve ser explicada, mas a Escritura já explicada), resta que, seja qual for a autoridade tomada, cabe a cada indivíduo “avaliar e julgar todos os dogmas” conforme o sentido da Escritura determinado por si. Por esse motivo, não é mais a Escritura, mas cada homem individual estabelecido como juiz do dogma. Nesse sentido, os protestantes sempre explicaram seu princípio fundamental, ao menos teoricamente, e continuam a fazê-lo, exceto quando, na prática, o levam até suas últimas consequências. Caso

---

7 Todos percebem que o caráter próprio de todas essas confissões é aquilo que dissemos sobre o conjunto do protestantismo: sem dúvida, trata-se da negação da autoridade. A profissão do princípio fundamental, que estamos tratando aqui, foi constituída e afirmada em oposição à fé católica — segundo a qual se reconhece tanto que a Igreja, no tempo presente, é a juíza das controvérsias da fé e do verdadeiro sentido da Escritura, quanto que a Tradição, isto é, a pregação e o juízo da Igreja em cada época precedente, é constituída juntamente com a Escritura como norma objetiva e regra da fé. Por isso, toda a força da profissão polêmica do protestantismo reside na partícula somente (ou seja, na negação), quando dizem: “somente a Escritura é juíza e norma.”

não queiram fazê-lo, são forçados, após abandonarem o princípio, a apelar ao princípio da autoridade — o qual, no entanto, a Reforma inteira se fundamentou em negar.

Lutero afirma: “A sétima função (dos cristãos, que são todos sacerdotes) é julgar e discernir acerca dos dogmas... Todo aquele que estiver certo de que possui a causa da salvação em si, deve ser o mais livre juiz de todas as coisas que lhe ensinam, do que deve crer e seguir, pois ele é ensinado interiormente somente por Deus. Somos todos inteiramente sujeitos à mesma lei... portanto, essa função de julgamento não é apenas um direito nosso a ser restaurado; mas, se não a restaurarmos, rejeitaremos Cristo como irmão.”<sup>8</sup>

Resta ainda, como é necessário para definir o estado da questão, que apresentemos em forma de compêndio os princípios católicos do conhecimento; um tratamento mais amplo e sua demonstração constituirão todo o nosso tratado. Esses princípios foram definidos pela Igreja Católica no Concílio de Trento, sessão IV, no seguinte sentido: a) O Evangelho foi preparado e prometido no Antigo Testamento, conforme se estabelece nas Escrituras do mesmo Antigo Testamento, e posteriormente promulgado da própria boca de Cristo, bem como por ordem de Cristo, como fonte de toda verdade e disciplina moral, e pregado pelos Apóstolos. Esse Evangelho está contido nos livros escritos do Antigo e do Novo Testamento, e um só Deus é o autor de ambos, não sem as Tradições não escritas; b) O modo pelo qual as Tradições, tal como foram primeiramente promulgadas pelos Apóstolos — seja a partir de Cristo, seja por inspiração do Espírito Santo —, chegaram até nós puras e íntegras, precisamente nas matérias em que foram transmitidas, como que de mão em mão, em sucessão contínua, conservadas na Igreja Católica; c) Cabe à Igreja julgar sobre o verdadeiro sentido e interpretação das Sagradas Escrituras. Portanto, é verdadeiro aquele sentido que a santa

---

8 Martinho Lutero, *De institutione Ministerii Ecclesiae*, T.m. F. 584 (Sobre a doutrina do ministério e da Igreja, nota do tradutor). Compare-se com a declaração semelhante do ministro Claude, registrada por Bossuet em *Conférence avec M. Claude*, edição de 1816, tomo 23, p. 286; e com as declarações dos protestantes na Alemanha nos anos de 1852, 1854 e 1855, conforme se encontra em Idrig, *History of Protestantism*, tomo I, pp. 41, 114 e seguintes, 130, 137, 140, 148.

Mãe Igreja possui e continua a manter nas matérias que dizem respeito à edificação da doutrina cristã; por isso a Igreja é diligente quanto a tais questões. A interpretação autêntica da Igreja torna-se manifesta tanto pelo consenso unânime dos Santos Padres antigos quanto pelo consenso e julgamento atual da própria Igreja.

Portanto, toda a doutrina e disciplina reveladas estão contidas objetivamente nas Escrituras e nas Tradições divinas. O órgão de conservação das Tradições — e mesmo do próprio cânon das Escrituras — é a sucessão apostólica perpétua na Igreja Católica. A própria Igreja é a intérprete autêntica do verdadeiro sentido das Escrituras e (com igual razão) das Tradições, sobretudo quando surgem dúvidas ou controvérsias, para explicitar as Escrituras e as Tradições, seja por meio de um consenso anterior ou presente, seja para propor, mediante juízo, aquilo que já foi explicitado.

Em segundo lugar, este tratado que empreendemos trata dos princípios a partir dos quais o entendimento católico da revelação e da teologia sagrada progride e sobre os quais se fundamenta; por isso, ele se divide em duas partes: sobre a Escritura e sobre a Tradição<sup>9</sup>. Pelo substantivo “Tradição”, que consideramos concretamente junto com a sucessão apostólica como o órgão de conservação e explicação, entende-se a totalidade do que, em terceiro lugar, é chamado de interpretação autêntica e declaração dos dogmas. Além disso, nesse sentido, depende-se da Tradição considerada não apenas como um conhecimento cristão mais pleno da autoridade, da divindade e dos cânones dos livros sagrados, mas, mais ainda, da interpretação católica do verdadeiro sentido das Escrituras; pois toda a Escritura é compreendida como algo transmitido (*traditum*)<sup>10</sup>. Daí se segue que o tratado sobre a Tradição deve ser considerado em

---

9 NdT: A obra completa original em latim é formada por dois tratados: a) *De Divina Traditione*; b) *De Divinis Scripturis*. O que se segue é apenas o tratado sobre a Tradição conforme indicado na Nota do Editor.

10 NdTI: Há uma simetria no latim que se perde na tradução para o inglês (ou português). A palavra “Tradição” vem de *trado, tradere, tradidi, traditus*, que significa “transmitir” ou “passar adiante”; assim, o substantivo correspondente é *traditio*. Portanto, ao se referir à Escritura como *traditum*, está-se dizendo que a própria Escritura faz parte da Tradição Divina.

primeiro lugar, e o da Sagrada Escritura deve-lhe ser subordinado em segundo lugar.